

### **3º CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DO SINDSAÚDE**

#### **MOVIMENTO DOS TRABALHADORES INDEPENDENTES DA SAÚDE**

##### **CONJUNTURA**

###### **CONJUNTURA INTERNACIONAL**

Em 2009, a crise afeta quase todos os países do mundo, inclusive no Brasil. Nos Estados Unidos, foi menos de -2,78 e o governo socorreu os bancos com bilhões de dólares, mais para a classe trabalhadora, nada. Em 2015, a economia do mundo volta a crescer, mas no Brasil, caiu para -3,77.

Diante das crises que os sistemas políticos passam, os países subordinados são massacrados com políticas neoliberais que visa a manutenção e enriquecimento, passam por cima da mais humilde classe, a trabalhadora, que vem sofrendo no mundo todo, ataques do imperialismo burguês. Para manter esse padrão, faz-se de tudo para eleger seus representantes, regem leis, mudam leis, quebram acordos, não aceitam uma política diferente, impõe sanções, demitem, aumentam a exploração nas cargas horárias, reduzem salários, geram desempregos e não cumpre leis que venha dar direitos aos trabalhadores. A crise econômica que o mundo está passando tem dois vértices: A burguesia que não está perdendo nada, ela usa seus instrumentos de controle para que não venham ter perdas, lançam seus ditos pelos seus sistemas de controle, como o FMI, que impõe seu projeto econômico sobre os países com dificuldade financeira. Por outro lado, os países que ficam subjugados ao sistema são deprimidos, as empresas menos favorecidas do sistema de globalização, sofrem com a competitividade, são vendidas ou vão à falência. Os trabalhadores vêem seus direitos decapitados por reformas ( governos credenciados ao mercado da exploração) que só trazem benefícios em detrimento de retiradas de direitos dos trabalhadores. Dependendo do governo e do sistema de representação política, nenhuma reforma vem no intuito de favorecer os trabalhadores, por que a intenção é sempre a retirada de direitos, beneficiando os lucros e o crescimento que a classe burguesa venha ter. Em vários países estão ocorrendo manifestações dos trabalhadores devido as reformas de governos recentes, que trazem na sua cúpula reformas para satisfazer imposições da burguesia em detrimento das perdas dos direitos dos trabalhadores e da sociedade. Na Itália, onde os trabalhadores perceberam que as reformas só trouxeram prejuízos à classe trabalhadora e à sociedade, professores e alunos desceram às ruas de Roma para protestar contra a reforma do ensino. A reforma trabalhista de Renzi – para incentivar as contratações em meio a uma crise, flexibilizou as regras para demissões sem justa causa e acabou com a reintegração de funcionários mandados embora sem motivo justificado, criticada por sindicatos, a lei estabelece que a reincorporação só é obrigatória no caso de dispensa discriminatória ou disciplinar.

Outros exemplos:

Na França, milhares de manifestantes protestam contra as reformas de Macron que mexeu nas regras do trabalho e iniciou reformas significativas na educação e nos impostos.

Na Rússia, a sociedade almeja a paz e um salário digno para viver. Participaram das manifestações, funcionários dos setores de educação, defesa, comércio, construção civil, indústria, construção de embarcações.

Na Turquia, sindicatos e grupos de jornalistas também protestaram contra o estado de emergência, controlado pelo FMI, vigente na Turquia desde o fracassado golpe de Estado de julho de 2016. Sob o estado de exceção, que é renovado a cada três meses, o governo da Turquia demitiu 107 mil funcionários públicos, proibiu manifestações e limitou a liberdade de associação.

Síria, guerra que dura 7 anos por causa da ditadura de Bashar Al-Assad, 10 anos no poder, filho de Hafez Al-Assad, que passou 30 anos. Mais de 400 mil mortos, mais de 5 milhões deixaram o país. O governo tem apoio da Rússia e Irã, os rebeldes tem o apoio dos EUA, Turquia e Arábia Saudita.

Na Alemanha, sindicatos pedem que Governo cumpra promessas de melhoria trabalhista. A Confederação dos Sindicatos Alemães (DGB) exigiu que o

governo implemente com rapidez e em sua totalidade as melhorias trabalhistas prometidas no acordo de coalizão e ressaltou que no caminho para o pleno emprego é indispensável garantir condições de trabalho digna para todos.

Na Espanha, Trabalhadores espanhóis convocados por sindicatos voltaram às ruas, para exigir dos patrões e do Governo empregos estáveis e salários

dignos.

No México, os trabalhadores exigem melhores salários e proteção à aposentadoria.

No Equador, os trabalhadores realizaram uma manifestação para exigir o fim da flexibilização trabalhista e denunciar o alinhamento da política externa do país com os Estados Unidos e denunciam a política militarista desse país, e seus interesses nos recursos naturais nos territórios da América Latina.

Na Venezuela, os trabalhadores saíram às ruas para defender a Revolução Bolivariana (Simón Bolívar), para exigir as mudanças políticas, econômicas e sociais que tem como objetivo chegar a um novo socialismo. O governo estadunidense tem se esforçado para derrubar o governo venezuelano e devolver o poder aos políticos da direita.

Na Bolívia, os trabalhadores fizeram manifestação, pelo aumento no salário

mínimonacional e da importância dos trabalhadores e dos sindicatos para o crescimento do país

No Chile, os trabalhadores fizeram uma grande marcha em defesa de direitos trabalhistas e previdenciários.

No Paraguai, houve uma manifestação, na capital do país, Assunção, para defender o direito à terra, ao trabalho e dignidade.

Na Argentina, os trabalhadores realizaram uma série de atividades, protesto contra políticas econômicas de Macri, a manifestação condena política de redução de custos com trabalhadores para atrair investimentos e impulsionar a economia.

## **CONJUNTURA NACIONAL**

A maioria dos países investem, em média para pesquisa e desenvolvimento, 4,5% do PIB, sendo parte do governo e parte do privado. No Brasil, são investidos apenas 2,5% e os recursos vem apenas do Setor Público.

Nos 13 anos do PT, Lula e Dilma deram continuidade à política do PSDB, com serviços públicos sucateados, privatizações, concessões à iniciativa privada, corte de recursos das áreas sociais, as Parcerias Público-Privadas, a criação da EBSEH, o novo código florestal, a Lei Antiterror e diversas outras medidas de interesse do grande capital. Medidas a serviço do imperialismo, beneficiando o setor financeiro, as multinacionais, o agronegócio, as empreiteiras e a burguesia nacional. Lula chegou a afirmar que a burguesia nunca lucrou tanto como no seu governo. A dívida pública saltou de R\$ 1,2 trilhão para R\$ 3,7 trilhões. No mesmo período, os governos Lula e Dilma pagaram R\$ 7,16 trilhões entre juros e amortizações, uma conta que consome quase metade de todo o orçamento do país. Com isso, os ricos ficavam mais ricos e a desigualdade social aumentou. Mas isso não foi sentido no começo do mandato do PT porque houve um crescimento econômico em seu primeiro mandato, fazendo com que fosse possível conceder algumas migalhas através programas de transferência de renda compensatórios. A presidenta Dilma em 2016 sofre impeachment pelo mesmo sistema que a apoiou e assume o governo Temer, que impõe para os trabalhadores uma política de arrocho salarial, que dificulta ainda mais a vida do povo brasileiro. Entre essas medidas estão as Leis da Terceirização e Reforma Trabalhista, privatizações, congelamento dos investimentos dos serviços públicos por 20 anos, trouxe de volta a pobreza extrema para o povo. No Brasil, várias greves gerais foram convocadas contra as reformas da Previdência, trabalhista, Lei da Terceirização e contra PEC 55.

## **GREVEDOS CAMINHONEIROS**

A greve dos caminhoneiros, em maio deste ano, não teve o apoio, nem a devida atenção por das Centrais Sindicais, greve esta que teve cerca de 87% de aprovação da população, que está associado ao alto custo de vida da classe, que não consegue pagar suas contas e vê aumento constante no gás de cozinha e combustível. Enquanto os trabalhadores tem arrocho salarial, desemprego, cesta básica cara, o tratamento dado às empresas é diferente: o PL 4.556/16, que autoriza a exploração do Pré-Sal brasileiro às petrolíferas multinacionais, inviabilizando o uso deste recurso para o financiamento das políticas de educação e saúde; ou a aprovação pela Câmara dos Deputados da "MP do trilhão" (nº795/2017), que concede isenção fiscal no valor de 1 trilhão de reais às petrolíferas estrangeiras, como a Shell. A transferência dos recursos públicos aos bolsos do capital, no ano de 2017 às renúncias tributárias superaram todas as despesas com saúde, educação e assistência social. A resposta para a greve dos caminhoneiros é a redução do PIS e do COFFINS do valor da gasolina e óleo diesel; e o corte no orçamento das políticas de saúde, educação, juventude e mulheres. São tributos constitucionais que financiam as políticas sociais e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e a contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFFINS). E no dia 31/05, foram feitos novos cortes na área da saúde e educação e enxugamento no orçamento das políticas voltadas a juventude, repressão e prevenção ao tráfico de drogas e enfrentamento à violência contra a mulher. Em relação à saúde, além dos cortes orçamentários o impacto também será ampliado por uma redução na arrecadação, visto que o COFFINS é um recurso importante e a diminuição do seu repasse se soma ao já subfinanciamento crônico vivenciado na área. De acordo com a OMS de 2016 e 2017, a parcela do orçamento federal do Brasil destinada à saúde era menor do que a média dos países africanos. Com o congelamento nos próximos 20 anos do financiamento do DUA a valores fixados em 2016 prevê uma perda acumulada de aproximadamente R\$ 1 trilhão, cuja regra é: quanto melhor for o desempenho da economia, maior será a perda da saúde. Para atender a curto prazo a reivindicação dos caminhoneiros, Temer aprofunda sua política de desoneração tributária a grandes empresas e acelera o ajuste fiscal sobre ações fundamentais à sobrevivência dos trabalhadores. A saída encontrada pelo governo pela crise instaurada, é uma política genocida a curto e médio prazo, em um país onde 70% da sua população depende exclusivamente do acesso público à saúde.

As centrais não responderam à tempo à greve dos caminhoneiros, para disputar o movimento. Nem intervenção militar, nem a direita.

Greve geral já!

Em defesa do patrimônio nacional!

Em defesa dos direitos sociais!

Vamos fortalecer a luta para enfrentar os efeitos da reforma trabalhista, impedir a Reforma trabalhista

Taxação das grandes fortunas em 5% para programas sociais, pois com essa medida é possível arrecadar 100 bilhões ao ano.

Também é necessário o imposto progressivo sobre imóveis, ou seja, as grandes propriedades precisam ser sobretaxadas e os imóveis populares e das periferias isentos de impostos. São os ricos que causam as crises.

## **LUTA DO ESTADO**

O governo de Robinson Farias fez uma das mais desastrosas gestões deste estado. A saúde do Rio Grande do Norte tem se agravado muito com a falta de investimentos, sucateamento, falta de insumos, falta de profissionais e ainda tem o fechamento de hospitais regionais, sacou o dinheiro do IPERN, o atraso constante do pagamento dos servidores que não tem data fixa pra receber. Além disso, a falta de investimentos na segurança pública com baixo efetivo policial e a escalada constante da violência tem deixado o estado do Rio Grande do Norte como um dos mais violentos do país e do mundo. Mesmo com aumento da arrecadação, não paga o salário em dia.

Diante dos constantes atrasos no salários, os servidores estaduais realizaram greve que durou 100 dias de resistência, de acampamentos, ocupação na Seplan e Assembleia Legislativa, atos, manifestações e de grandes enfrentamentos em defesa do salário em dia e de um calendário de pagamento.

Em meio à luta pelo salário em dia, os servidores foram surpreendidos com um pacote de ajuste fiscal do governador Robinson Faria (PSD), enviado em regime de urgência à Assembleia Legislativa do RN. Esse pacote sofreu uma dura resistência dos servidores públicos do estado, em especial às duas categorias que estavam em greve: A saúde e a UERN. E dois dos principais projetos foram derrotados. O da extinção dos adicionais por tempo de serviço (ADTS) e o que acabava com a paridade (igualdade) entre ativos, aposentados e pensionistas.

A greve foi uma demonstração de luta e resistência dos servidores da saúde que estavam apenas buscando o direito de receber o salário em dia.

## **PLANO DE LUTAS**

01. Pagamento dos Salários em dia para todos os servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas;

02. Reposição das perdas salariais de acordo com estudo do DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas – Nesse período as variações acumuladas do INPC/IBGE foram: Nível Elementar de 26,66%, Nível Médio de 25,68% e Nível Superior de 24,93%, esses percentuais para corrigir as perdas deverão ser aplicados sobre o vencimento básico e as gratificações, GAE e Jornada Especial, das Classes A B e C do Plano de Cargos Carreiras e Remuneração.

03. Revisão do Plano de Cargos e Carreiras e Remunerações, Lei Complementar 333/2006: solicitamos a revisão do PCCR, nos seguintes pontos:

3.1) – Revisão e aumento dos Níveis de 16 para 18 níveis, permitindo que o servidor do sexo masculino possa progredir até completar o tempo de contribuição necessário a sua aposentação;

3.2) – Implantação de uma Tabela de incentivo a Qualificação Profissional;

3.3) – Definição de uma data base para as negociações de reajustes e recomposição dos vencimentos dos servidores;

4.4) – Revisão do percentual de Interstício de 3% para 5%;

04. Aprovação de uma Lei de Combate ao Assédio Moral ;

05. Revisão da Lei do Auxílio Transporte– Solicitamos que seja alterada a Lei Estadual fixando o pagamento de auxílio transporte para quem percebe até 2 salários mínimos no vencimento básico.

06. Licença Prêmio sem perda salarial;

07. Ampliação do Pagamento da Gratificação de Localização Geográfica para os servidores de Médio e Elementar

08. Eleições Gerais para Direções das Unidades Estaduais de Saúde com critério a serem definidas em Mesa de Negociação ;

09. Garantir recursos na LDO/18 – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E NA LOA/18 – LEI ORÇAMENTARIA ANUAL para implantação da Tabela do DIEESE dos Servidores Públicos da Saúde;

10) Reabastecimento e Reestruturação dos Hospitais

11) Não fechamento dos Hospitais Regionais

12) Mais investimento na saúde.

13) Implantação da tabela de qualificação

14) Condições de Trabalho;

15) Implantação da Política de Saúde do Trabalhador

16) Equiparar o salário base dos servidores municipalizados com os servidores não municipalizados da saúde do Estado.

## **LUTA DO MUNICÍPIO DE NATAL**

Os servidores públicos municipal da saúde de Natal tem enfrentado com muitas lutas, a política de arrocho salarial do prefeito Carlos Eduardo contra a política de arrocho salarial desde 2015 com o congelamento de salários. Não reajustados salários, sem cumprimento de Data Base, sem uma política de segurança nos locais de trabalho, investindo na terceirização; não garante os direitos, como adicionais noturno, de Insalubridade, quinquênio, férias e gratificações; falta de condições de trabalho e falta

de políticas de saúde do trabalhador, e contra o assédio moral, que está levando os servidores ao adoecimento. Em 2016, servidores da saúde do município tiveram 78 dias em greve, numa luta unificada juntos com demais sindicatos que atuam no município, contra o atraso de salário apesar de termos que enfrentar o TAG ( termo de ajuste de gestão) que foi um acordo da gestão de Carlos Eduardo com o TCE ( tribunal de contas do estado).

01) Revisão do PCCV Saude, Lei 120/10 com os seguintes pontos:

1.1) Redução da Carga Horária de 40h para 30h semanais para todos os profissionais da saúde;

1.2. Garantir a promoção, implantando uma Tabela de Qualificação Profissional;

1.3. Revisão DO percentual de Interstício de 2,3% para 5%

02) Cumprimento da Data-Base

03) Implantação Tabela Salarial de acordo com estudo do DIEESE,

04) Implantação das três Mudanças de Nível vencidas

05) Implantação de adicionais noturno, de insalubridade, quinquênio e gratificações,

06) Condições adequadas de trabalho

07) Implantação de Políticas de Saúde do Trabalhador.

08) Combate ao Assédio Moral

09) Eleições diretas para Diretores, Administradores e Coordenadores de Unidade de Saúde, Básica ou 24h, com critérios a serem definidos em Mesa de Negociação.

10) Garantir recursos para implementação do Plano da Saúde, Lei 120/10 e Plano Geral, Lei 118/10, na LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias, LOA, Lei Orçamentária Anual e PPA, Plano Pluri Anual.

## **REFORMULAÇÃO DO ESTATUTO**

Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado do Rio Grande do Norte e dos municípios do Estado do RN.

Com o intuito de sempre avançar com as lutas e os anseios dos trabalhadores e trabalhadoras do Sindsaúde que se dá a necessidade de modificamos o estatuto do sindicato.

## **TÍTULO I**

## **DA DENOMINAÇÃO DA BASE TERRITORIAL E DOS FINS**

### **CAPÍTULO I**

#### **DA DENOMINAÇÃO**

Art. 1º - O Sindicato dos Servidores da Saúde do Estado do Rio Grande do Norte (Sindsaúde/RN), fundado em 09 de abril de 1991, com sede e foro na cidade de Natal/RN e jurisdição em todo o estado do Rio Grande do Norte, constitui-se em pessoa jurídica de direito privado, é uma entidade autônoma desvinculada do estado e sem fins econômicos, com tempo de duração indeterminado, que representa legalmente o conjunto dos servidores na área da saúde, abrangendo a todos os **servidores estatutários e pensionistas da Secretaria Estadual de Saúde Pública do Rio Grande do Norte; servidores cedidos a outros entes públicos e vinculados às Secretarias Municipais de Saúde e celetistas pertencentes às Secretarias Municipais de Saúde**, independente das suas convicções políticas, partidárias e religiosas .

Art. 1º - substitui por - os trabalhadores e trabalhadoras contratados por regime estatutário, celetista, aposentados e

pensionistas no estado do Rio Grande do Norte e de todos os municípios.

Paragrafo Único - Excluir o parágrafo

### **CAPÍTULO II**

Art. 2º - A base territorial do sindicato abrange todo o estado do Rio Grande do Norte e seus municípios.

Parágrafo 1º - Para efeito administrativo serão divididos em regionais.

Parágrafo 2º - A abertura ou fechamento de regionais ou núcleos se dará por avaliação anual da direção, levando -se em conta a necessidade de reestruturação do sindicato dos fatores políticos e financeiros.

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS FINS**

Art. 5º, Inciso IV



Promover a formação cultural, política e sindical dos seus filiados;

Paragrafo Unico - De acordo com o Caput deste Artigo em seus incisos, o sindicato promoverá prioritariamente para os novos diretores, no início do primeiro mandato, formação em políticas e práticas sindicais e específicas sobre cada secretária de atuação.

## **TÍTULO II**

### **DO QUADRO SOCIAL DOS DIREITOS E DEVERES DOS FILIADOS**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DOS FILIADOS**

Art. 6º - São considerados aptos a filiar-se ao Sindsaude/RN os servidores da Saúde do Setor Público Estadual e Municipal da administração direta.

Substituir servidor por trabalhadores e trabalhadoras

#### **CAPITULO II**

##### **DOS FILIADOS FUNDADORES E DOS FILIADOS EFETIVOS**

Art. 11 - São filiados efetivos todos os servidores estatutários, pensionistas, celetistas na saúde pública que contribuem com a mensalidade sindical prevista no Art. 101 deste estatuto.

modificar de servidores para trabalhadores e trabalhadoras e acrescentar aposentados (as).

#### **CAPÍTULO V**

##### **DAS PENALIDADES DOS FILIADOS**

Art. 14. São penalidades:

advertência

suspensão

exclusão - substituir por **expulsão**

Art. 15. As penalidades serão aplicadas em reunião pela Diretoria Colegiada Estadual e/ou Conselho Deliberativo convocados para este fim, garantindo ao acusado ampla defesa nesta reunião, podendo este recorrer à assembléia geral que será especialmente convocada para este fim, na firma deste estatuto.

Parágrafo 2º Será aplicada a pena de suspensão por escrito aos filiados que:

I - praticarem lesão corporal e/ou homicídio contra qualquer filiado nas dependências da entidade ou em eventos por ela promovidos;

Modificará -

I - praticarem lesão corporal contra qualquer filiado nas dependências da entidade ou em eventos por ela promovidos;

Parágrafo 3º Será aplicada a pena de expulsão ao filiado que:

Acrescentar Inciso IV

IV. a prática e/ou tentativa de homicídio contra qualquer filiado nas dependências da entidade ou em eventos por ela promovidos;

Parágrafo Único - Nos casos de suspensão o sócio ficará inelegível por 2 (dois) mandatos.

### **TÍTULO III**

## **DO CONGRESSO ESTADUAL, DA ASSEMBLÉIA GERAL, DA DIRETORIA COLEGIADA REGIONAL , DA DIRETORIA COLEGIADA DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E DO PLEBISCITO**

### **CAPÍTULO I**

#### **DO CONGRESSO ESTADUAL**

Art. 24.

Parágrafo 1º - As normas para escolha de delegados ao congresso Estadual Ordinário e Extraordinário serão definidas pela Diretoria Colegiada Estadual e essa diretoria não fará distinção para a quantidade de delegados entre sócios e não sócios.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DA DIRETORIA COLEGIADA ESTADUAL**

Art. 34. A direção do sindicato será exercida por uma Diretoria Colegiada composta por \*27 (vinte e sete)\* membros com mandato de 03 (três) anos, que terá um Coordenador Geral e 01 (um) Vice Coordenador eleito entre seus pares.

Modificar para 40 (quarenta)

Art. 35. Compõem a Diretoria Colegiada Estadual às seguintes secretarias:

Item V -Secretaria de Comunicação, \*Cultura\* e Assuntos Sociais

Excluir Cultura

IX - Secretaria da Mulher Trabalhadora da Saúde, GLBTS e negros;

Acrescentaria- índios

Criar a X Secretaria

X - Secretaria de Esporte, Lazer e Cultura;

Art. 39 -

Inciso VI - Organizar a memória do sindicato - acrescentar - Informatizando todos os documentos do sindicato

X - acrescentar Núcleos do Sindsaúde

XIII - Fiscalizar a contratação de todos os funcionários para o nível Central, Regionais e Núcleos, sendo vedado a contratação de funcionários com parentesco até o segundo grau com diretor dessas instâncias sindicais.

Art. 40, Inciso V

Pensamos em criar este Inciso

Art. 43. Compete à Secretaria de Finanças:

Incluir o Inciso VIII

VIII - Garantir ajuda de custo para os diretores ativos com dedicação exclusiva ou semi-exclusiva em valor determinado em reunião de direção e revisado de acordo com a necessidade, devendo constar em ata.

O

## **CAPÍTULO V**

Art. 50.

Inciso V - administrar, gerir e prestar contas dos recursos adquiridos/e ou repassados pelo Conselho Diretivo, à Secretaria de Finanças da Regional;

\*Parágrafo Único- Será criada Conta Bancária Corrente para cada Regional ou Núcleo, vinculada ao CNPJ do Sindicato, para recebimento e administração dos recursos, devendo ser apresentado, a cada 03 (três) meses, extrato bancário detalhado de movimentação, sendo tais operações fiscalizadas pelo Conselho Fiscal.\*

Diretores que assinam essa tese: Célia Dantas- Mat. Leide Morais; André Ferreira - Usf Santarém/HGT; Gied Gois - Usf Quintas/HGT, Ilka Campos/Mat. Leide Morais/HSC

Paulo Martins - Samu Metropolitano, Marcos William - Planície das Mangueiras, Aécio Damasceno - HWG e SAMU NATAL, Edneide de Melo - Macau, Fabiana Elizaria-HRPS, Salete Bezerra-(UsfGramoré) Clenilda Pimentel e Vanessa - (Mat. Araken), Mércia Botelho - Copa (Mat. Leide Morais), Laura Cristina Nunes - Téc. de Enfermagem (HMN), Edileuza Gomes - (UsfGramoré), Selma, Edlene - (Mat. Leide Morais), Luzia (UsfSoledde II) Judite dos Santos - Hospital Regional de Caicó, Maria José - Maternidade Divino Amor, Alfredo Monteiro - ESF DOM ELIZEU, Francisco Carlos - PSF Esquina do Brasil/Touros, Ana Cristina Queiroz - Clínica da Família/Macau, Carlos Antônio/Samu Metropolitano, Maria Betânia - HJM, Genilton Ferreira - HMAB, Luzinete Eduardo - UBS Santa Tereza, José Nogueira de Souza - HWG,